

O papel protagonista dos movimentos sociais na consolidação das ações afirmativas brasileiras

Aluna: Flavia B. Conti.

Orientadora: Andréia Clapp Salvador.

Introdução

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa, que teve início em julho de 2009, busca investigar as formas de participação de movimentos sociais e de seus ativistas políticos, no processo de constituição das políticas afirmativas. No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo apareceram como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, por direitos coletivos e culturais. As mulheres, por exemplo, lutavam por participação na vida política, os negros por inclusão em espaço público, como escola e trabalho, os homossexuais por sua identidade; dentre outros.

Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Desta forma, ao se falar da gênese das políticas afirmativas no Brasil não se pode deixar de enfatizar a ação política realizada pelos movimentos sociais, no processo de elaboração e implementação destas políticas. A nível de curiosidade, cabe ressaltar que em outros países, ação afirmativa não é um tema novo, como no Brasil. Em cada país, reflete a conjuntura deste, com as variações na aplicação das políticas de ações afirmativas.

O nosso ponto de partida para este estudo é o Pré-vestibular para Negros e Carentes, um movimento social de educação popular, que vem desde a década de 90 lutando pela implementação de políticas afirmativas nas universidades, o qual firmou parceria com a PUC-Rio em 1994. Surgido de uma articulação política entre movimentos sociais, lideranças religiosas e partidos políticos, o PVNC se tornou a principal referência no campo das políticas de ações afirmativas direcionadas à educação superior.

O fato de a política de ação afirmativa ter sido reconhecida no Brasil especialmente a partir da política de cotas, implantadas, em grande parte, graças à pressão política dos movimentos sociais, por volta de 2003, implica numa questão que pode estar sendo ocultada: a discriminação racial (embora não seja este o foco desta pesquisa).

Objetivo

O foco deste estudo está na participação e o papel pioneiro dos movimentos sociais na constituição das políticas de ações afirmativas brasileiras, tendo como finalidade compreender os movimentos sociais em suas especificidades, como por exemplo, o PVNC (inclusão em universidades), movimento de mulheres (política), deficientes físicos (vagas no mercado de trabalho). Uma das questões abordadas está no papel dos movimentos sociais, na atuação das lideranças políticas e no processo de consolidação da nova política. A escolha dos movimentos citados, se deu por terem sido pioneiros no campo das ações afirmativas brasileiras. O desígnio principal desta pesquisa é identificar movimentos sociais que defendam a política de ação afirmativa brasileira enquanto instrumento de garantia de direitos sociais, já os objetivos mais específicos estão em reconhecer algumas das lideranças e/ou ex-lideranças de movimentos sociais que propuseram as políticas de ações afirmativas e seus principais argumentos e motivações; identificar a atuação de militantes de movimentos sociais que foram pioneiros na defesa das políticas de ação afirmativa, além de conhecer como nasceu a proposta de políticas de ação afirmativa nos movimentos sociais.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa que, segundo Minayo: “a metodologia qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 22).

A abordagem técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista semi-estruturada que possibilitou a obtenção de uma quantidade significativa de informações contidas na fala dos atores sociais. As entrevistas iniciais foram realizadas com alguns

dos principais ativistas políticos, participantes da gênese do Pré-vestibular para Negros e Carentes. Com relação à seleção dos sujeitos pesquisados, primeiramente foi feita uma identificação e, a partir da revisão bibliográfica e de visitas ao campo, foram iniciadas as entrevistas.

A pesquisa é do tipo qualitativa, que busca responder questões que não podem ser quantificadas. A idéia é fazer um levantamento, que envolve uma interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

A abordagem técnica é feita por uma entrevista semi-estruturada, com o escopo de obter o maior número de informações contidas na fala dos atores sociais.

Foram realizadas entrevistas com ativistas de um movimento social específico, o PVNC, que participaram do processo de elaboração/implementação das ações afirmativas. Primeiramente, houve uma identificação dos principais protagonistas (revisão bibliográfica/visita de campo). Posteriormente, realizaram-se as entrevistas.

Ainda a respeito da metodologia, duas questões, em especial, ganharam relevância neste estudo, que foi a influência sócio-político-econômica, que possibilitou, a partir da década de 90, o surgimento das políticas de ação afirmativa e, também as razões políticas, ideológicas e culturais que levaram estes ativistas a participarem do processo de elaboração e implementação das políticas de ação afirmativa em seu grupo social específico. Como já foi dito anteriormente, este estudo encontra-se em sua fase inicial e, em tal momento, o foco é o PVNC.

Para ratificar a metodologia das entrevistas, cabe ressaltar um trecho de uma das entrevistadas, no que se refere a sua resposta sobre suas motivações para integrar a gênese do movimento social em questão. Segue a declaração desta: *“(...) O que me motivou foi a questão de você conseguir, através do movimento de algumas pessoas, realizar um sonho, um objetivo (...), que é entrar na universidade (...) você também pode fazer isto para concretizar o sonho de outras pessoas, facilitar essa conscientização”*.

Cumriu-se a proposta metodológica inicial em sua íntegra, além das inúmeras reuniões de grupo para discussões, debates sobre a temática abordada, foram estes bastante enriquecedores e, serão mais detalhados a seguir.

Desenvolvimento das atividades

Desde que iniciei a minha participação na presente pesquisa, a poucos 2 meses, estive voltada para a realização das seguintes atividades:

1- Leitura do material bibliográfico, fichamento dos textos e discussão em grupo. Nos encontros de estudo, alguns temas foram privilegiados: política de ação afirmativa, movimentos sociais, relações raciais, desigualdade social.

2- Pesquisas em internet

3- Transcrição das entrevistas realizadas e análise parcial dos dados;

4 – Elaboração de relatório de atividades

Abaixo, destacarei algumas das atividades realizadas pelo grupo de pesquisa e, que foram importantes no meu processo de formação como aluna de iniciação científica.

Leitura do material bibliográfico, fichamento dos textos e discussão em grupo.

Nestes debates foi possível explanar opiniões, discutir, aprender e acrescentar. As notícias da internet, os recortes de jornais, a busca incessante para que houvesse o sucesso desta pesquisa, deu-se, sobretudo, nas reuniões semanais do grupo de estudo. Como o enfoque inicial desta pesquisa está no processo de constituição do PVNC, obviamente as discussões em grupo são voltadas exclusivamente para o acesso de jovens negros e carentes ao ensino superior.

Houve um debate para além de enriquecedor, que gostaria de relatar. Tratou-se da leitura de um documento transcrito que trazia o conteúdo de uma audiência pública sobre políticas de ação afirmativa de reserva de vagas no ensino superior.

Esta audiência fomentou uma discussão não só sobre as cotas, mas sobre a sua possível constitucionalidade ou inconstitucionalidade, visto que era este o argumento do DEM, (Partido dos Democratas), que movia a ação. O DEM alega que a política de cotas deveria ter apenas corte social e, não racial, declarando o seu caráter ilegal, por estar contrariando a constituição de 1988, que diz que a lei deve ser igual perante todos os cidadãos brasileiros. Não cabe neste relatório apresentado, expressar opiniões contrárias ou favoráveis a este argumento, embora se faça óbvio, analisando o foco desta pesquisa.

O fato é que com a leitura do material da audiência, perceberam-se as contrárias opiniões que foram surgindo ao longo das falas dos presentes.

Para que fique claro o quanto foi enriquecedor o debate em grupo sobre esta temática, relatarei abaixo uma opinião absolutamente adversa a do movedor da ação, o Partido dos Democratas. Segue o trecho:

“no âmbito do Direito, os movimentos sociais começam a denunciar essa farsa da igualdade de todos perante a lei. (...) O Direito, rigorosamente, nunca foi alheio as diferenças. Pelo contrário, tratou delas cuidadosamente, mas elegeu um determinado modelo que lhe interessava. (...) O Direito, anterior à Constituição de 88 trabalhava com qualificações binárias (...) de um lado homem, de outro mulher, (...), de um lado branco, de outro lado negros, índios” (Deborah Duprat, Vice-procuradora Geral da República).

Nota-se claramente a divergência de opiniões, que facilmente propiciaram a discussão sobre o tema em prol de enriquecer esta pesquisa. Pôde-se compreender, formar e/ou modificar opiniões a partir desta audiência lida, contribuindo para o crescimento pessoal, com embasamento em um referencial teórico.

Considerações finais

Primeiramente, foi esclarecido ao longo dos debates em grupo, o que é política de ação afirmativa, isto é, quando se torna de fato política pública e/ou privada, assumida pelo governo e instituições privadas; o que é um movimento social, para posteriormente ser dado segmento ao estudo, que como já se sabe, é sobre o papel dos movimentos sociais na consolidação das ações afirmativas brasileiras.

Percebeu-se uma deficiência na população em geral, sobre os conceitos citados, além de ao longo das reuniões, leituras e debates ser enfatizado, que embora no Brasil, haja um senso comum de que ação afirmativa é única e exclusivamente sistema de cotas, isto é uma total inverdade.

Logo no início da pesquisa, percebeu-se que existem movimentos sociais de todos os gêneros, números e graus imagináveis e, que a riqueza das diferenças étnicas é não só importante como necessário.

Este enfoque inicial, dado ao campo da educação superior, ao PVNC, mais especificamente, e ao conseqüente ingresso de jovens negros e carentes nas universidades brasileiras, o que é um grande avanço dadas pesquisas recentes de vinte ou até mesmo dez anos passados, quando se começou a pensar em política de cotas.

Os debates e discussões foram de grande valia e, além de contribuir para o avanço acadêmico, foi de cunho importantíssimo para crescimento pessoal.

Esta pesquisa cumpriu suas propostas iniciais e os futuros meandros que tomará será tão ou mais valioso quanto este inicial.

Referências Bibliográficas

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1996.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a.38 n. Julho/Setembro 2001.

MACHADO, E. Acompanhamento e monitoramento das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. **Revista desigualdade e diversidade** – Revista de ciências sociais da PUC-Rio, nº 1. 2007.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 1994.

PAOLLI, M. C; TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E; DAGNINOE.; ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp

<http://oglobo.globo.com>